

PT

PT

PT

Projecto de

REGULAMENTO DA COMISSÃO

de [...]

que estabelece orientações para a criação de um mecanismo de compensação dos operadores de redes de transporte pelos custos de incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade e para a definição de uma abordagem regulamentar comum para a fixação das tarifas de transporte

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1228/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às condições de acesso à rede para o comércio transfronteiriço de electricidade¹, nomeadamente o seu artigo 8.º, n.ºs 2 e 3,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1228/2003 prevê o estabelecimento de um mecanismo de compensação entre operadores de redes de transporte. De acordo com esse regulamento, a Comissão deve estabelecer orientações que especifiquem os pormenores do procedimento e do método a aplicar no mecanismo de compensação entre operadores de redes de transporte e regras adequadas que conduzam a uma harmonização progressiva da fixação de tarifas no âmbito dos sistemas tarifários nacionais.
- (2) Desde que a necessidade de um mecanismo de compensação entre operadores de redes de transporte foi pela primeira vez reconhecida, adquiriu-se uma experiência valiosa, sobretudo graças aos mecanismos voluntários aplicados pelos operadores de redes de transporte. No entanto, os operadores de redes de transporte têm cada vez mais dificuldade em chegar a acordo quanto a esses mecanismos voluntários.
- (3) Orientações vinculativas que estabeleçam um mecanismo de compensação entre operadores de redes de transporte deverão constituir uma base estável para o funcionamento desse mecanismo e para a compensação justa dos operadores de redes de transporte pelos custos da incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade.
- (4) Os operadores de redes de transporte de países terceiros que concluíram acordos com a União nos termos dos quais adoptaram e aplicam o direito da União no domínio da electricidade devem ter direito a participar no mecanismo de compensação entre

¹ JO L 176 de 15.7.2003, p. 1.

operadores de redes de transporte em condições equivalentes às dos operadores de redes de transporte dos Estados-Membros.

- (5) É conveniente estabelecer mecanismos que permitam tratar os operadores de redes de transporte de países terceiros que não concluíram acordos com a União nos termos dos quais adoptaram e aplicam o direito na União no domínio da electricidade de uma forma justa e equitativa em relação aos operadores de redes de transporte dos Estados-Membros.
- (6) Os operadores de redes de transporte deverão ser compensados pelas perdas de energia resultantes da incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade. Essa compensação deverá basear-se numa estimativa das perdas que ocorreriam na ausência de trânsitos de electricidade.
- (7) Deverá ser estabelecido um fundo para compensar os operadores das redes de transporte pelos custos da disponibilização da infra-estrutura para incorporar os fluxos transfronteiriços de electricidade. O valor desse fundo deverá basear-se numa avaliação à escala da UE dos custos incrementais médios de disponibilizar infra-estrutura para a incorporação dos fluxos transfronteiriços de electricidade.
- (8) Os operadores de redes de transporte de países terceiros deverão suportar os mesmos custos pela utilização da rede de transporte da União que os operadores de redes de transporte dos Estados-Membros.
- (9) As variações nas taxas impostas aos produtores de electricidade pelo acesso à rede de transporte não deverão comprometer o mercado interno. Por este motivo, as taxas médias de acesso à rede nos Estados-Membros deverão ser mantidas dentro de limites que ajudem a garantir os benefícios da harmonização.
- (10) As medidas previstas no presente regulamento são conformes com o parecer do comité instituído pelo artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1228/2003,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os operadores de redes de transporte recebem uma compensação pelos custos suportados com a incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade nas suas redes, com base nas orientações estabelecidas na parte A do anexo.

Artigo 2.º

As taxas aplicadas pelos operadores das redes devem respeitar os limites fixados na parte B do anexo.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em [...]

Pela Comissão

[...]

O Presidente

ANEXO

Parte A

ORIENTAÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DE UM MECANISMO DE COMPENSAÇÃO ENTRE OPERADORES DE REDES DE TRANSPORTE

1. Disposições gerais
- 1.1. O mecanismo de compensação entre operadores de redes de transporte (mecanismo ITC) deve permitir compensar os custos decorrentes da incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade, incluindo a oferta de acesso transfronteiriço à rede e suas interconexões.
- 1.2. A rede europeia de operadores de redes de transporte de electricidade (REORT-Electricidade) cria um Fundo ITC destinado a compensar os operadores de redes de transporte pelos custos da incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade.

O Fundo ITC assegura:

- (1) a compensação total pelas perdas sofridas nas redes de transporte que integram o conjunto das redes de transporte nacionais devido à incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade;
 - e
 - (2) a compensação total pela disponibilização da infra-estrutura para incorporar os fluxos transfronteiriços de electricidade.
- 1.3. As contribuições para o Fundo ITC devem ser calculadas de acordo com o ponto 6.

Os montantes dos pagamentos a efectuar a título do Fundo ITC devem ser calculados de acordo com os pontos 4 e 5.

As contribuições e os pagamentos relativos ao Fundo ITC reportar-se-ão ao período compreendido entre [data de entrada em vigor] e 31 de Dezembro 2010 e, daí em diante, serão efectuados numa base anual. A REORT-Electricidade é responsável por fixar as disposições que regerão a colecta das contribuições e a efectivação de todos os pagamentos relativos ao Fundo ITC e também por determinar o calendário dos pagamentos. Todas as contribuições e pagamentos devem ser efectuados no prazo de um ano a contar do final do período a que se reportam.

- 1.4. O Grupo dos Reguladores Europeus da Electricidade e do Gás (ERGEG), instituído pela Decisão 2003/796/CE², deve apresentar todos os anos à Comissão um relatório sobre a implementação do mecanismo ITC e a gestão do Fundo ITC.

A REORT-Electricidade coopera com a Comissão e com o ERGEG nessa tarefa e fornece a este todas as informações necessárias para o efeito.

² JO L 296 de 14.11.2003, p. 34.

- 1.5. Cada operador de rede de transporte fornece à REORT-Electricidade e ao ERGEG todas as informações necessárias para a implementação do mecanismo ITC.
- 1.6. O trânsito de electricidade é calculado tomando o valor absoluto mais baixo das importações e exportações nas interconexões em que a capacidade é atribuída em conformidade com as orientações para a gestão dos congestionamentos estabelecidas no anexo I do Regulamento (CE) n.º 1228/2003.
- 1.7. Para efeitos da presente parte do anexo, entende-se por valor líquido do fluxo de electricidade a diferença entre o total das exportações de electricidade de uma dada rede de transporte e a totalidade das importações de electricidade para a mesma rede de transporte.
- 1.8. Enquanto a rede REORT-Electricidade não estiver criada, os operadores de redes de transporte devem cooperar entre si para levar a cabo as tarefas atribuídas à dita rede no que respeita ao mecanismo ITC.
2. Participação no mecanismo ITC
 - 2.1. Cada autoridade reguladora deve garantir que os operadores de redes de transporte do seu domínio de competência participem no mecanismo ITC e que não sejam incluídas nas taxas cobradas pelos operadores de redes de transporte pelo acesso às redes taxas adicionais ligadas aos custos de incorporação dos fluxos transfronteiriços de electricidade.
 - 2.2. Os operadores de redes de transporte de países terceiros que concluíram acordos com a União nos termos dos quais adoptaram e aplicam o direito da União no domínio da electricidade têm o direito de participar no mecanismo ITC.

Em particular, os operadores de redes de transporte que exercem a sua actividade nos territórios definidos no artigo 2.º, n.º 1, primeiro travessão, da Decisão 2008/02 do Conselho Ministerial da Comunidade da Energia, de 27 de Junho de 2008, têm o direito de participar no mecanismo ITC. Estão abrangidos os operadores de redes de transporte da Albânia, da Bósnia-Herzegovina, da Croácia, da Antiga República Jugoslava da Macedónia, do Montenegro, da Sérvia e do Kosovo nos termos da Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Um operador de rede de transporte de um país terceiro que participe no mecanismo ITC deve ter o mesmo tratamento que um operador de rede de transporte de um Estado-Membro.

3. Acordos multilaterais
 - 3.1. A REORT-Electricidade deve facilitar a conclusão de acordos multilaterais relativos à compensação pelos custos da incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade entre os operadores de redes de transporte que participam no mecanismo ITC e os operadores de redes de transporte de países terceiros que não concluíram acordos com a União nos termos dos quais adoptaram e aplicam o direito da União no domínio da electricidade.

- 3.2. Esses acordos multilaterais terão por objectivo garantir que o operador da rede de transporte do país terceiro receba o mesmo tratamento que um operador da rede de transporte de um país que participa no mecanismo ITC.
- 3.3. Se necessário, esses acordos multilaterais podem recomendar um ajustamento adequado da compensação total para compensar a disponibilização da infra-estrutura para a incorporação dos fluxos transfronteiriços de electricidade, determinado em conformidade com o ponto 5. Esse ajustamento está sujeito à aprovação da Comissão.
- 3.4. O operador da rede de transporte do país terceiro não terá um tratamento mais favorável do que um operador da rede de transporte que participe no mecanismo ITC.
- 3.5. A REORT-Electricidade transmite todos esses acordos multilaterais à Comissão.
4. Compensação pelas perdas
- 4.1. A compensação pelas perdas sofridas nas redes de transporte nacionais em resultado da incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade deve ser calculada separadamente da compensação pelos custos associados à disponibilização da infra-estrutura para acolher esses fluxos.
- 4.2. As perdas sofridas numa rede de transporte nacional são determinadas calculando a diferença entre:
- (1) as perdas efectivas sofridas na rede de transporte durante o período considerado;
- e
- (2) a estimativa das perdas que teriam ocorrido na rede de transporte durante o período considerado na ausência de trânsitos de electricidade.
- 4.3. A REORT-Electricidade é responsável pela realização do cálculo referido no ponto 4.2. Esse cálculo pode ser feito com base em estimativas realizadas para diferentes datas ao longo do período considerado.
- 4.4. O valor das perdas sofridas por uma rede de transporte nacional em resultado do fluxo transfronteiriço de electricidade é calculado na mesma base que a aprovada pela autoridade reguladora para o conjunto das perdas sofridas nas redes de transporte nacionais.
- Caso a autoridade reguladora em causa não tenha aprovado uma base para o cálculo das perdas num período de aplicabilidade do mecanismo ITC, o valor das perdas para efeitos do mecanismo ITC é estimado pela REORT-Electricidade.
5. Compensação pelo fornecimento de infra-estrutura para os fluxos transfronteiriços de electricidade
- 5.1. A Comissão determina o montante total da compensação pela disponibilização da infra-estrutura para a incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade.

- 5.2. Para a determinação do montante total da compensação pela disponibilização da infra-estrutura para incorporar os fluxos transfronteiriços de electricidade, o ERGEG ajuda a Comissão a avaliar à escala da União a infra-estrutura utilizada para facilitar os fluxos transfronteiriços. A REORT-Electricidade fornece à Comissão e ao ERGEG toda a assistência necessária para a realização dessa avaliação.

Tratar-se-á de uma avaliação técnica e económica dos custos incrementais anuais médios a longo prazo da disponibilização dessa infra-estrutura de transporte de electricidade para os fluxos transfronteiriços no período considerado e basear-se-á em métodos reconhecidos de determinação dos custos *standard*.

A avaliação dos custos da disponibilização da infra-estrutura para os fluxos transfronteiriços de electricidade deve também ter em conta as receitas provenientes da atribuição de capacidades de interconexão.

Esta avaliação à escala da União deve incluir a infra-estrutura de todos os Estados-Membros e dos países terceiros que participam no mecanismo ITC e a das redes de transporte cujos operadores concluíram acordos multilaterais do tipo dos mencionados no ponto 3.

- 5.3. Enquanto a Comissão não efectuar a avaliação referida no ponto 5.2, o montante total da compensação pela disponibilização da infra-estrutura para a incorporação dos fluxos transfronteiriços de electricidade é fixada em 100 000 000 de euros por ano.

- 5.4. O montante total da compensação pelos custos de disponibilização da infra-estrutura para a incorporação de fluxos transfronteiriços de electricidade é repartido entre os operadores responsáveis pelas redes de transporte nacionais proporcionalmente:

- (1) a um factor «trânsito», correspondente à proporção que os trânsitos na rede de transporte nacional em causa representam no trânsito total nas redes de transporte nacionais;
- (2) a um factor «carga», correspondente à proporção que os trânsitos de electricidade, relativamente à carga da rede de transporte nacional em causa, representam comparativamente à proporção dos trânsitos de electricidade na carga total das redes de transporte nacionais.

O factor «trânsito» tem um peso de 75% e o factor «carga» de 25%.

6. Contribuições para o Fundo ITC

- 6.1. Os operadores de redes de transporte contribuem para o Fundo ITC proporcionalmente ao valor absoluto líquido que os fluxos para e da sua rede de transporte nacional representam no total absoluto líquido dos fluxos para e de todas as redes de transporte nacionais.

- 6.2. Este cálculo deve também ter em conta as importações e exportações de electricidade abrangidas pelas disposições do ponto 7.

7. Taxa de utilização da rede de transporte aplicada às importações e exportações de electricidade por países terceiros

7.1. Para utilizarem a rede de transporte, os países terceiros pagam uma taxa sobre todas as importações e exportações de electricidade quando:

(1) o país em causa não tiver concluído um acordo com a União nos termos do qual adoptou e aplica o direito da União no domínio da electricidade;

e

(2) o operador responsável pela rede de transporte da qual a electricidade é importada ou para a qual a electricidade é exportada não tiver concluído um acordo multilateral do tipo dos mencionados no ponto 3.

Essa taxa é expressa em euros por megawatt-hora.

7.2. Cada participante no mecanismo ITC cobra a taxa de utilização da rede de transporte sobre as importações e exportações programadas de electricidade entre a rede de transporte nacional e a rede de transporte do país terceiro.

7.3. A taxa anual de utilização da rede de transporte é calculada antecipadamente pela REORT-Electricidade. Corresponderá à contribuição estimada por megawatt-hora que os operadores de redes de transporte de um país participante teriam de pagar ao Fundo ITC, com base nos fluxos transfronteiriços de electricidade projectados para o ano considerado.

Parte B

ORIENTAÇÕES PARA UMA ABORDAGEM REGULAMENTAR COMUM DAS TARIFAS DE TRANSPORTE

1. O encargo tarifário anual médio de transporte pago pelos produtores em cada Estado-Membro deve situar-se dentro dos limites referidos no ponto 3.
2. O encargo tarifário anual médio de transporte pago pelos produtores é o total anual dos encargos tarifários de transporte pagos pelos produtores dividido pela energia total medida, por eles injectada anualmente na rede de transporte de um Estado-Membro.

O cálculo do total dos encargos tarifários de transporte pagos pelos produtores exclui:

- (1) os encargos pagos pelos produtores pelos activos corpóreos necessários para a ligação à rede ou para a modernização da conexão;
 - (2) os encargos pagos pelos produtores pelos serviços auxiliares;
 - (3) os encargos específicos pagos pelos produtores pelas perdas na rede.
3. O valor do encargo tarifário anual médio de transporte pago pelos produtores deve situar-se entre 0 e 0,5 €/MWh, excepto na Dinamarca, na Suécia, na Finlândia, na Irlanda, na Grã-Bretanha e na Irlanda do Norte.

O valor do encargo tarifário anual médio de transporte pago pelos produtores na Dinamarca, na Suécia e na Finlândia deve situar-se entre 0 e 0,7 €/MWh.

O encargo tarifário anual médio pago pelos produtores na Irlanda, na Grã-Bretanha e na Irlanda do Norte deve situar-se entre 0 e 2,5 €/MWh.